

AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA DOMÉSTICA DE MAMIRAUÁ

CHANGES IN MAMIRAUÁ'S HOUSEHOLD ECONOMY

Deborah Lima^{1, 2}

¹ Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG: deb.lima@terra.com.br

² Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

PALAVRAS CHAVE:

Economia doméstica;
Campeinato amazônico;
Unidade de conservação de uso sustentável;
Monitoramento socioeconômico;
RDS Mamirauá.

KEYWORDS:

Household economy;
Amazonian peasants;
Sustainable use conservation unit;
socioeconomic monitoring;
RDS Mamirauá.

RESUMO

O artigo trata das mudanças ocorridas na economia doméstica da RDS Mamirauá, com base na comparação de dados de dois monitoramentos anuais realizados em 1995 e 2005. Os resultados mostram o crescimento de rendimentos obtidos com a venda da produção, em especial da pesca, e o aumento e a diversificação das despesas. Também cresceram a participação de salários e pensões na composição da renda. Além de dimensionar a ocorrência em Mamirauá do processo genérico de integração de economias camponesas ao mercado, a análise enfoca a situação particular dos moradores dessa reserva, envolvidos em diversos programas de manejo de uso sustentável. São apontadas possíveis implicações das mudanças econômicas sobre as relações domésticas e comunitárias.

ABSTRACT

The paper presents an analysis of the changes in Mamirauá's local economy based on data from two annual monitoring of household budgets, undertaken in 1995 and 2005. Findings suggest a significant growth in income obtained from sales of domestic production, mainly fisheries, as well as increase and diversification in spending. Direct monetary income from salaries and pensions also increased. Besides showing the occurrence in Mamirauá of a generic process of integration of peasant economies to the market, the analyses presents the particular situation of this conservation unit, where residents are involved in sustainable management programs. Possible implications of these economic changes to domestic and community relations are also indicated.

INTRODUÇÃO

Este trabalho dá seqüência ao artigo de Peralta et al. (2009) publicado recentemente nesta revista. Naquele artigo, divulgamos o resultado de um estudo sobre as mudanças no padrão de rendimentos de unidades domésticas em comunidades da RDS Mamirauá. Mostramos que houve um aumento de 130% no valor médio dos ingressos monetários. Trato aqui de analisar dados correlatos sobre mudanças no padrão de consumo das mesmas unidades domésticas e refletir sobre o significado dessas transformações em uma reserva de uso sustentável.

Os dados apresentados expressam, em termos quantitativos, algumas características do processo de mercantilização de uma economia doméstica. Nesse processo, a produção e o consumo – que em uma economia tradicional são determinados por necessidades, culturalmente balizadas, definidas pelas famílias em função de sua capacidade de explorar o ambiente usando a própria força de trabalho –, passam a ser cada vez mais integrados ao mercado. Como se trata de uma reserva de uso sustentável, o processo de mercantilização, comum a economias domésticas camponesas em geral, tem aqui uma feição especial. Nesse caso específico, a passagem da condição camponesa tradicional é acompanhada pela definição de sistemas de manejo específicos. A reserva confere um amparo legal para proteger os moradores da principal ameaça à sobrevivência de ribeirinhos da várzea: o escasamento dos recursos naturais, principalmente pesqueiros, causado pela intensificação da pesca comercial.

O tempo passado desde a implantação de sistemas de manejo comunitário em Mamirauá (mais de 10 anos) é adequado para o exame das mudanças que esses programas produziram no modo de vida dos moradores (ver p.ex. MOURA, 2007; PERALTA et al., 2009, entre outros). Os programas de manejo mais expressivos são o de pesca, de madeira, de ecoturismo e de artesanato. Entre as 77 comunidades da Reserva Mamirauá onde o IDSM atuava em 2005, época da coleta de dados, 45 estavam diretamente envolvidas nesses programas. Cada um dos sistemas de manejo produziu efeitos que alteraram aspectos da economia doméstica, seja nos processos de produção, na organização do trabalho ou na comercialização dos produtos. Além dessas mudanças associadas à promoção da exploração sustentável de recursos naturais, o IDSM foi responsável por aumentar a oferta de trabalho assalariado, ao contratar moradores para participar de atividades de pesquisa e extensão. Ao lado disso, as políticas governamentais de redistribuição de renda contribuíram para o aumento dos ingressos monetários nos orçamentos domésticos.

O alcance dessas ações foi amplo. A base doméstica dessa economia não mudou, entretanto. O grupo doméstico, formado por unidades familiares, em sua maioria nucleares, continua sendo a unidade básica de produção e consumo. As casas apresentam graus variáveis de envolvimento com o mercado, algumas muito integradas, outras menos, mas em comparação com outras economias de base familiar, o nível de dependência do mercado é relativamente baixo. Por causa desses atributos

– uma produção diversificada, organização do trabalho familiar e uma integração parcial ao mercado –, se trata, ainda, de uma economia doméstica do tipo camponesa.

O diferencial dessa economia doméstica, como mencionado, é o fato de lidar com um controle, mais ou menos forte dependendo do recurso, estabelecido pelos sistemas de manejo que as comunidades e os pesquisadores do IDSM desenvolveram juntos. O controle visa garantir a reposição dos recursos e assegurar a sustentabilidade de sua exploração. A lógica da sustentabilidade, que orienta a formulação dos programas de manejo, precisa ser defendida por alguma medida para fazer frente à competição com a exploração guiada somente pela lógica do mercado.

E quanto à lógica da exploração camponesa, como se relaciona com a lógica da sustentabilidade? Na verdade, o apoio das comunidades à implantação da reserva, na década de 1990, em muito se deveu a uma convergência entre os seus interesses e a proposta de Mamirauá. Para aqueles que seguem um modo de vida dependente da provisão regular de recursos naturais, neste caso, principalmente o peixe, o manejo sustentável é uma proposta favorável. Além disso, a história do manejo comunitário de lagos de pesca é anterior à criação da reserva e não se restringe a ela. É fruto de um movimento social de ribeirinhos da várzea, apoiado por sindicatos e pela Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica (ver, entre outros, LIMA-AYRES, 1994, 1999; MCGRATH; CASTRO; FUTEMMA, 1994; CASTRO, 2000;

REIS, 2005). Antes de ter uma base científica, desenvolvida por pesquisadores e comunitários em Mamirauá (AMARAL, 2009; ARANTES; CASTELLO; GARCEZ, 2007; CASTELLO et al., 2009; QUEIROZ, 2000; VIANA et al., 2007), o manejo de lagos consistia basicamente em uma medida política – o fechamento de lagos a pescadores comerciais de fora (conhecidos como “invasores”). Passado o conflito que gerou a adesão, diminuiu a pressão de exploração da pesca e o recurso pesqueiro aumentou.

METODOLOGIA

O artigo de Peralta et al. (2009) apresenta uma comparação entre os dados de um monitoramento de orçamentos domésticos mensais realizado ao longo de 2005 e 2006, enquanto o estudo de Lima (2006) abordou o período de 1994 e 1995.

Os dados referentes à renda doméstica das comunidades da Reserva Mamirauá no período de 1994/95 foram obtidos pela análise de um total de 774 orçamentos domésticos em 59 casas de seis comunidades em 18 meses, entre fevereiro de 1994 e julho de 1995 (LIMA, 2006). Os dados referentes ao período de 2005/06 são resultado da coleta de 943 orçamentos de unidades domiciliares de 85 casas, dos quais 798 foram utilizadas na presente análise. Os dados de orçamento doméstico foram coletados mensalmente entre março de 2005 a março de 2006 em sete comunidades da Reserva Mamirauá (PERALTA et al. 2009). Estes dados são do IDSM e fazem parte de um programa de monitoramento socioeconômico da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comparação da renda média anual obtida nos dois estudos mostra que, passados dez anos, os moradores ganham mais dinheiro e gastam mais, comprando mais coisas. Entre as atividades responsáveis pela composição da renda doméstica, a pesca foi a que teve maior aumento proporcional. Para discutir o significado dessas mudanças, é preciso rever brevemente as condições de produção e consumo vigentes na economia doméstica de Mamirauá.

As mudanças nos modos de obtenção de renda

Em Mamirauá, os ingressos monetários são obtidos por duas vias principais (i) a venda de produções agrícolas, extrativas e artesanais, fruto do trabalho familiar e (ii) o trabalho assalariado, a previdência e os programas de transferência de renda. Esses dois modos de obtenção de renda produzem efeitos distintos sobre a estrutura das relações domésticas.

No modo camponês, a unidade doméstica é responsável pela produção que garante o consumo familiar. Por sua vez, o consumo é feito de duas maneiras, por uma via “direta” – o consumo dos próprios produtos do trabalho, como a provisão do peixe e da farinha para alimentação, e uma via “indireta” – quando a produção é trocada por dinheiro, usado para comprar mercadorias.

A realização dessas atividades, com seus conhecimentos especializados e seus processos de trabalho específicos, integra a família em uma ordem tradicional, baseada na hierarquia do parentesco. A provisão doméstica é

responsabilidade dos pais, e os filhos devem obediência e trabalho. Já o provimento direto de ingressos monetários, sejam salários, pensões ou bolsa assistencial, dissolvem a base econômica da ordem doméstica tradicional. Esposas e filhos podem adquirir autonomia de consumo e com isso diminuir a base material da autoridade patriarcal. Salários e benefícios estabelecem uma ligação direta com o mercado e, dependendo de sua importância, podem descaracterizar a ordem camponesa.

Como se sabe, uma economia doméstica é camponesa se apresentar, entre outros atributos, uma “autarcia relativa” (MENDRAS, 1978; WANDERLEY, 1996) ou, do ponto de vista contrário, uma “integração parcial aos mercados” (ABRAMOVAY, 1992). Usualmente, o caráter relativo da autarcia deriva do fato de que apenas parte da produção familiar se destina ao próprio provimento doméstico, pois a outra parte é destinada à venda. No caso da economia doméstica em Mamirauá, além dessa dupla destinação da produção (para a venda e para o auto-consumo) há uma dupla origem dos ingressos, que podemos identificar, com base na sua origem, como “rendimentos indiretos” (os que provêm da venda da produção) ou “rendimentos diretos” (recebimento de salários e pensões). Essa alteração na definição da “autarcia relativa” é provavelmente extensiva a outras famílias camponesas do Brasil, dada a disseminação dos programas de redistribuição de renda e das aposentadorias rurais. Atualmente, portanto, o atributo camponês de uma economia doméstica como a de Mamirauá se deve ao fato de que parte da sua subsistência provém do consumo direto e parte dos rendimentos resulta da venda de uma produção própria.

Para conhecer os efeitos do aumento nos rendimentos diretos sobre as relações domésticas tradicionais, são necessárias pesquisas etnográficas extensas e comparativas. Um esforço nessa direção foi feito por Peralta (2005 e 2008), que tratou do emprego de mulheres na pousada de ecoturismo e por Sousa (2004), que abordou a produção e a venda de artigos de artesanato por mulheres. Os dois estudos discutem principalmente os efeitos da renda obtida pelas mulheres sobre as relações de gênero na família. Aqui, os dados permitem avaliar apenas a proporção relativa das duas classes de rendimento na composição da renda doméstica total.

A Tabela 1, de Peralta et al. (2009), mostra que houve aumento tanto nos ingressos diretos, provenientes de salários e benefícios sociais, como nos indiretos, provenientes da venda da produção. O aumento nos rendimentos diretos foi maior em 39 pontos percentuais do que o aumento nos rendimentos indiretos dos domicílios.

Embora a renda direta tenha aumentado mais do que a obtida com a venda da produção, segue sendo proporcionalmente menor do que esta e não alcança metade da renda total. No monitoramento realizado em 1994/95 a renda direta contribuía com 38% da renda total e em 2005/06, com 42%. A figura 1 ilustra essa situação.

Tabela 1 - Variação na composição e nos valores da renda bruta anual em 1994/95 e 2005/06

	1994/95	2005/06	Varição %
Renda Salários e Benefícios Sociais	US\$ 552	US\$ 1.405	155
Renda Produção	US\$ 888	US\$ 1.914	116
Renda Bruta Anual	US\$ 1.440	US\$ 3.319	130

(Fonte: Peralta et al. 2009).

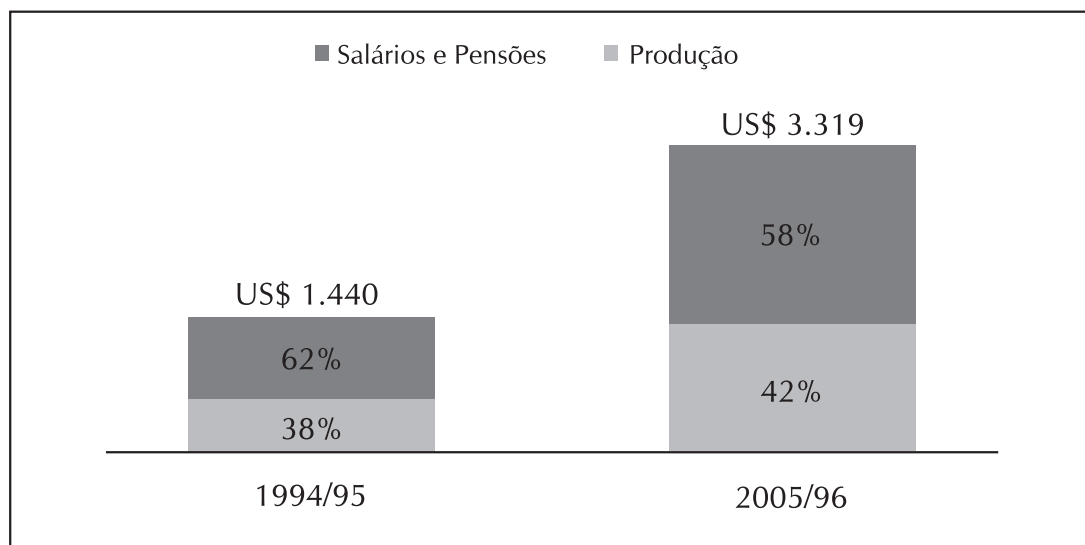


Figura 1 – Contribuições relativas das rendas diretas e indiretas para a composição da renda domiciliar anual em dois períodos

O cômputo da renda direta anual de 2005/06 (US\$ 1.405) inclui rendimentos de aposentadorias (11%), salários de prefeituras (12%), salários para funcionários do IDSM (8%), bolsas de programas de transferência de renda (7%), diárias para serviços prestados ao IDSM (3%) e diárias pagas na comunidade (2%). Na totalização da renda indireta anual estão contabilizadas as vendas das produções agrícolas, madeireiras, de pesca, de artesanatos, caça, pecuária e outros produtos. Em 2005/06, a maior participação na composição da renda

indireta (valor total, US\$ 1.914) veio da pesca, 45%, seguida da agricultura, 8%, e da extração da madeira, 1%. A soma de todas as outras atividades representou 4% desse total.

O padrão de dominância de duas fontes de renda – pesca e rendimentos diretos em geral, com praticamente a mesma contribuição para o cômputo da renda doméstica, 45 e 42%–, é igual ao encontrado há dez anos, quando ambas contribuía com 38%. A figura 2 ilustra essa comparação.

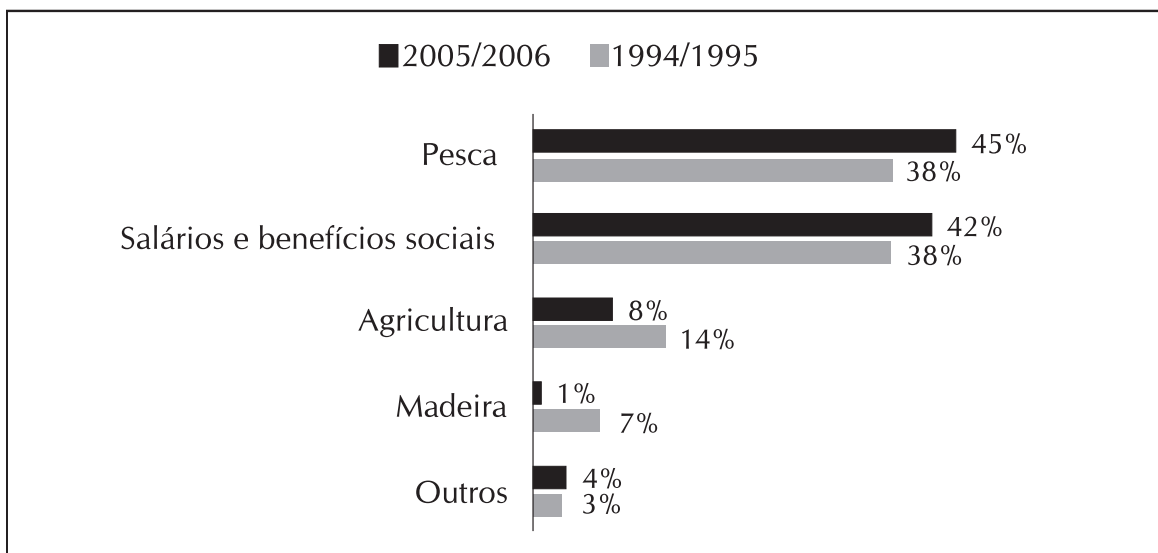


Figura 2 – Contribuição relativa das principais fontes de renda doméstica em dois períodos

Em 2005/06 a pesca e os salários e pensões representaram, juntos, 87% da renda total, e em 1994/95, 76%. O aumento dessas contribuições em 2005/06 se deu a custo da redução nas contribuições da agricultura e da extração de madeira. Estes dados indicam preferência por algumas fontes de renda e menor inclinação para outras.

A questão sobre como as famílias fazem suas escolhas econômicas é complexa e requer estudo apropriado. Aqui, fazemos apenas alguns comentários.

O aumento na renda direta em quatro pontos percentuais atende a uma aspiração explicitada com frequência pelos comunitários – é o meio de

vida fisicamente menos penoso. No meio rural, no entanto, sua oferta é pequena e geralmente precisa ser complementada com outras fontes de renda.

A preponderância da renda advinda da pesca é histórica e está relacionada à abundância do recurso na região. A redução na competição, causada pelo fechamento dos lagos, associada ao manejo, fez a produtividade da pesca aumentar. Sabemos que a renda da pesca cresceu em sete pontos percentuais. Como estamos analisando rendimento financeiro e não volumes, o aumento da renda poderia resultar de preços mais favoráveis ou de um aumento no esforço de pesca. Queiroz (com. pessoal) informou que o esforço de pesca na verdade é menor do que no passado. Com isso, é possível ter idéia da magnitude do aumento nos estoques.

A queda na venda de produtos agrícolas e de madeiras (em seis pontos percentuais, ambas) pode estar relacionada à percepção de que estas atividades demandam mais esforço de trabalho em comparação com a pesca e os rendimentos diretos. Pesquisadores do programa de manejo florestal comunitário acreditam que o atraso no licenciamento para comercialização explica a queda na contribuição da madeira em 2005/06. Mas, pode ser também que a atividade tenha se tornado menos atrativa, pois além do esforço físico realmente envolvido na sua execução, uma percepção negativa do licenciamento (mais um trabalho) pode contribuir para sua redução.

Obviamente, a percepção valorativa de cada atividade é contextual e está relacionada a uma avaliação coeva das condições de mercado e

das características das outras opções de renda existentes. Contam também a especialização familiar, preferências pessoais, e fatores ambientais como abundância e proximidade do recurso.

Com relação à agricultura, o quadro é mais complexo porque a farinha, o principal produto agrícola comercializado, tem uma alta demanda de consumo e é tanto produto para venda como artigo de compra. Além disso, e mais importante, a avaliação dos produtores sobre o trabalho envolvido em sua produção é unânime: é muito penoso. Não surpreende que, sendo possível escolher entre fontes de renda diferentes, a agricultura seja posta entre as menos preferidas, exceto quando as condições ambientais são altamente favoráveis, como em áreas de terra preta (Boa Esperança, na RDS Amanã, por exemplo).

Peralta (2008) observou o efeito negativo do envolvimento da comunidade Vila Alencar com o ecoturismo sobre as atividades agrícolas. Algumas famílias mais jovens preferiram comprar farinha com o salário ganho do que continuar a produzi-la. Por outro lado, os dados de consumo apresentados abaixo mostram que, em termos gerais, em 2005/06 a compra de farinha diminuiu em relação à observada 10 anos antes. O fato de, em média, as famílias estarem vendendo menos farinha e comprando também menos pode significar que estejam guardando a farinha para o consumo próprio. Deixando de vender, não precisam comprar tanto, e produziriam uma quantidade mais próxima das suas próprias necessidades de consumo.

Alternativamente, poderiam ter reduzido o consumo de farinha e passado a preferir outra fonte de carboidratos, como macarrão ou arroz, mas as evidências etnográficas não corroboram essa hipótese.

A análise das variações nos valores de venda e de compra de farinha é complexa, pois respondem a diferentes parâmetros econômicos. A farinha é um produto de consumo essencial. São consumidas pelo menos duas porções diárias e substantivas. Mesmo se o costume alimentar estivesse mudando, e o consumo de macarrão e arroz tendesse a ser um complemento de carboidrato substantivo, o consumo de farinha dificilmente deixaria de ser essencial e não deixaria de ser consumido, a despeito de mudanças econômicas.

A farinha que as famílias consomem diariamente é ou comprada ou produzida por elas mesmas. Por isso, comprar ou produzir farinha e vender ou guardar para o consumo é uma decisão que está sempre sujeita a uma avaliação econômica circunstancial. No cálculo feito pelos moradores, o custo da farinha é relativo ao tempo e esforço envolvidos na sua fabricação, e também ao custo de mercado mesmo, o preço vigente. A grande maioria das famílias produz alguma farinha, em menor ou maior volume. Como a demanda de mercado é alta, a venda da farinha é sempre uma fonte de renda possível. As avaliações circunstanciais para decidir se a farinha será comprada para consumo, produzida para o auto-consumo ou para a geração de ingressos monetários, envolvem conhecimento dos preços e acesso ao

mercado, tanto para a farinha como para outras produções que a família possa desenvolver como opção de renda. Tendo em mente estas condições, fazem um balanço entre as suas necessidades imediatas de ingressos monetários e as necessidades de consumo alimentar de farinha.

A questão da escolha entre produtos geradores de renda, e entre esses e a opção de rendimentos diretos, é, portanto complexa. A simples observação de que a renda obtida com a pesca aumentou, por exemplo, pode estar relacionada a causas diferentes. Na pesca, e em outras atividades extrativas, o aumento da renda obtida com a comercialização pode estar relacionado a variações nos recursos, nos preços, ou no esforço de trabalho. Na agricultura, a variação está mais claramente determinada pelo esforço de trabalho: dadas as condições técnicas atuais e o acesso a áreas de plantio, a produção agrícola cresce apenas se houver aumento de trabalho dispensado. No extrativismo, não há necessariamente essa relação direta entre esforço e produção obtida. Por esses motivos, as variações de renda podem estar relacionadas a mudanças nos recursos, nas condições de mercado (especialmente nos preços), ou no esforço de trabalho investido.

Padrões de renda das comunidades

Até aqui os valores discutidos referem-se a médias anuais de todos os orçamentos familiares de cada monitoramento e retratam o padrão geral de cada período. A seguir, apresento dados mais detalhados sobre a composição das rendas médias domiciliares de cada comunidade,

para analisar a diversidade de padrões de rendimentos médios alcançados pelas famílias em cada lugar.

Os dados apresentados na Tabela 2 mostram a diversidade de padrões de renda doméstica nas comunidades da amostra de 2005/06. A composição da renda média mensal dos domicílios (valor \$277, desvio \$87), apresenta

a já mencionada dominância da pesca e dos rendimentos diretos, complementadas por contribuições menores de agricultura, madeira e outras fontes menos importantes. Mas vemos um espectro de variação na composição da renda doméstica mensal em que duas comunidades, Jarauá e Vila Alencar, representam os extremos e as outras denotam o padrão médio.

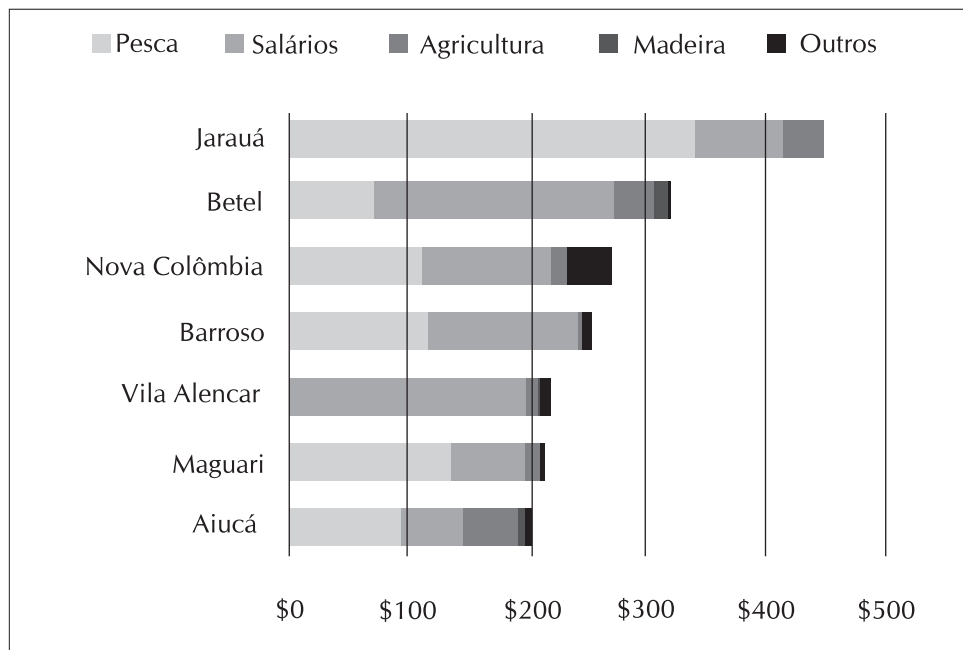


Figura 3 – Composição da renda doméstica mensal em sete comunidades (2005/06)

Tabela 2 - Dados da composição da renda doméstica em sete comunidades

Comunidade	Contribuição relativa para a renda doméstica					Renda média mensal (2005/06)
	Pesca %	Salários %	Agricultura %	Madeira %	Outros %	
Jarauá	76	16	8	0	0	\$451
Betel	22	63	11	4	0	\$319
Nova Colômbia	40	40	5	0	14	\$273
Barroso	46	49	2	0	3	\$255
Vila Alencar	0	90	5	1	5	\$219
Maguari	63	28	7	0	2	\$217
Aiucá	46	25	23	3	3	\$203

Em Jarauá, a pesca é responsável por 76% da renda familiar, e a renda direta, 16%. No outro extremo, em Vila Alencar a renda direta representa 90% da renda doméstica mensal, enquanto a pesca não tem participação significativa. As especializações exibidas pelas outras comunidades, madeira em Betel e Aiucá, e o artesanato na categoria de outras fontes em Nova Colômbia, são contribuições menos importantes do que a pesca e os rendimentos diretos. Além disso, a contribuição da pesca em Jarauá é responsável por sua renda domiciliar ser a mais alta da amostra, acima dos US\$400, enquanto as outras comunidades apresentam rendas mensais entre US\$200 e US\$300.

É possível pensar nestas duas comunidades como exemplos de tendências opostas de especialização em direção a uma das duas fontes de geração de renda mais importantes, a pesca e os rendimentos diretos. Uma comparação etnográfica dessas duas realidades pode revelar a influência de cada especialização econômica sobre as relações familiares nos domicílios.

Das outras comunidades da amostra, Maguari e Betel apresentam composições de renda mais próximas a Jarauá e Vila Alencar, respectivamente, enquanto Nova Colômbia e Barroso estão mais próximas do padrão médio. Que a pesca em Jarauá contribui em torno de \$350 para a renda doméstica mensal, e os salários em Vila

Alencar \$200 evidencia o quanto a pesca resulta em rendimentos mais altos, mesmo porque não tem a limitação contratual dos rendimentos diretos. Mas como tendências de especialização, a escolha entre uma dessas duas ou entre essas e as outras fontes de renda deve levar em conta os fatores mencionados antes (avaliação das outras opções de renda, a especialização familiar, preferências pessoais, e fatores ambientais como abundância e proximidade do recurso). Por outro lado, se considerarmos os dados do monitoramento feito 10 anos atrás, vemos que o padrão de dominância de atividades geradoras de renda era similar e que as mudanças representam intensificações de preferências já presentes. A figura 4 ilustra esta comparação, apresentando quatro comunidades do espectro, duas de padrão médio e duas extremas, na direção de cada tendência de especialização.

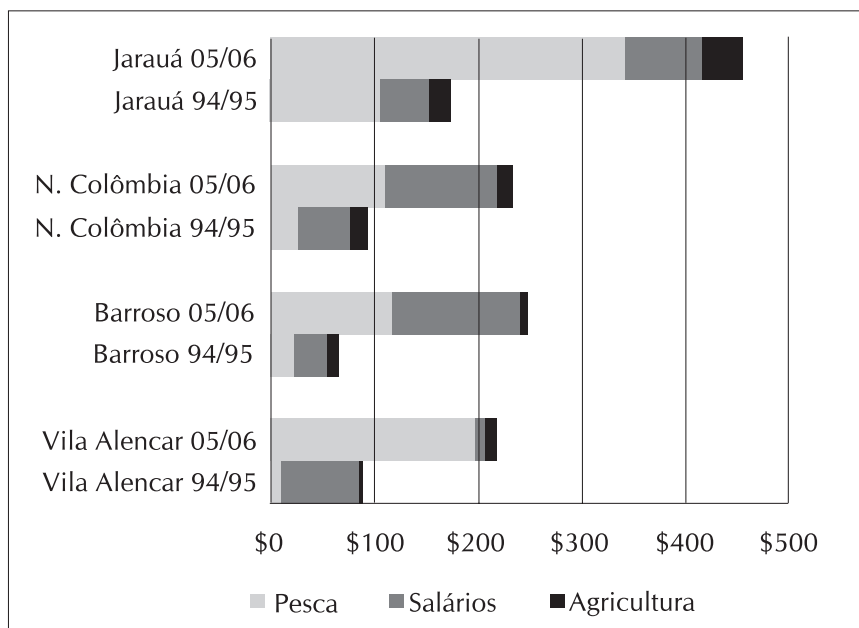


Figura 4 – Comparação da composição da renda doméstica mensal em 1884/05 e 2005/2006

Sobre o consumo

Embora seja possível estimar a produção para venda, e deste modo avaliar a importância das características camponesas da economia doméstica em relação ao crescimento dos ingressos monetários diretos, os dados de consumosó permitem avaliar o consumo indireto, a compra de mercadorias, e não o consumo direto, seu correspondente camponês. Os dois monitoramentos

foram desenhados para produzir séries anuais de orçamentos domésticos, contendo valores de compras e vendas feitas pelas casas da amostra. Uma avaliação das proporções relativas dessas duas formas de consumo requer um estudo apropriado. Outra

limitação dos dados existentes é a subestimativa dos dados de consumo, pois são mais baixos que os de ingressos monetários e não há indicação de investimento em poupança. Essa diferença pode ser causada pelo fato de que é mais fácil recordar os ganhos do que os gastos. De todo modo, a metodologia e as condições de coleta dos dados foram semelhantes nos dois monitoramentos.

Em 2005/06 o valor médio da despesa domiciliar mensal foi \$107, o que representou um aumento de 53% em relação à despesa mensal de 1994/05, \$70.

Para avaliar os interesses de consumo dos moradores, os dados sobre as despesas foram agrupados em cinco categorias: rancho, serviços, bens duráveis, produção e energia. A figura 5 ilustra a distribuição dos gastos por categoria de despesa nos dois períodos.

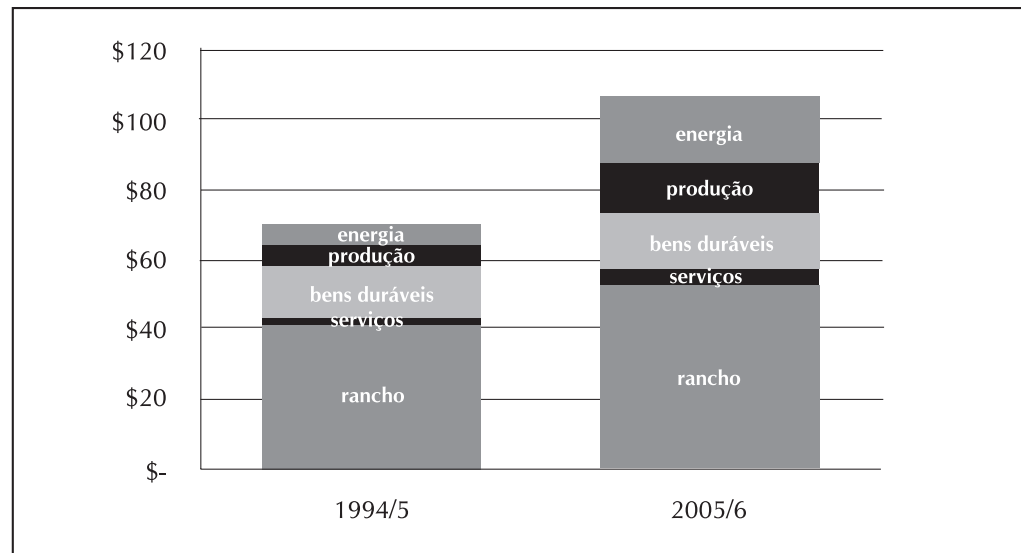


Figura 5 – Despesa média mensal por categoria de consumo, em dois períodos

Rancho é o termo regional usado para designar uma compra de produtos para abastecer uma casa de família. O conjunto de artigos compreende itens de consumo freqüente, como alimentos, produtos para a limpeza da casa e higiene pessoal. O rancho equivale a uma compra de supermercado, com a particularidade de que, para os comunitários, a periodicidade de aquisição é necessariamente limitada devido à distância dos mercados urbanos, ou, se as

compras são feitas com o regatão, porque é preciso esperar a sua passagem pela comunidade. O rancho se parece com uma cesta básica, com a diferença importante de que a sua composição não é definida pelas necessidades integrais de subsistência, como é o caso da cesta básica de uma família urbana. Nas áreas rurais do médio Solimões, o rancho sempre é complementado por uma produção para o consumo direto, principalmente de alimentos. Por isso, a variação na composição e no custo do rancho reflete o grau de integração das unidades domésticas ao mercado. A variação do rancho padrão ao longo do tempo expressa a mudança na proporção

entre os volumes de consumo indireto e direto realizados pelas famílias.

A análise dos dados de despesa mostrou que nos dois períodos o principal gasto feito pelas famílias foi com a compra do rancho. Entretanto, embora a despesa tenha subido de US\$42 para US\$53, o rancho passou a representar uma fração menor da despesa total. Em termos percentuais o gasto com o rancho passou de 60% a 50% da despesa total. A tabela 3 compara os gastos mensais por categoria de despesa em valores monetários e percentuais nos dois períodos.

Tabela 3 - Distribuição dos gastos médios mensais por categoria de consumo em dois períodos.

Gastos mensais por categoria	Valor em dólar		Proporção do gasto total (%)	
	1994/05	2005/06	1994/05	2005/06
Rancho	\$42	\$53	60%	50%
Bens duráveis	\$15	\$16	21%	15%
Serviços	\$1	\$5	2%	5%
Produção	\$6	\$14	9%	13%
Energia	\$6	\$19	8%	17%
Despesa média mensal (\$)	\$70	\$107	100%	100%

A compra de bens duráveis apresentou a mesma variação que a do rancho: aumentou em valor, mas, em relação à despesa total, a participação diminuiu. O aumento nos gastos mensais com bens duráveis foi pequeno, de \$15 para \$16 (o gasto anual médio em Reais é em torno de R\$400,00). Em relação ao gasto total, caiu de 21% para 15%.

É preciso uma investigação etnográfica específica para interpretar este dado numérico.

Pode indicar a existência de um limite de saturação baixo para a compra de bens duráveis, ou refletir a premência dos outros gastos. Os seguintes bens foram adquiridos pelas 85 casas da amostra de 2005/06: antena parabólica, aparelho de DVD, aparelho de som, berço, bicicleta, cama, canoa, carburador, colchão, cômoda, estante, fogão, fogareiro, forno, geladeira, guarda-roupa, liquidificador, máquina de costura, máquina fotográfica, motor, motor

de luz, motor rabeta, placa solar, roupeiro, sofá, televisão, ventilador e vestuário. Sabemos que nessa economia doméstica, a produção é orientada por um projeto de consumo de um bem de patrimônio, além da necessidade de consumo não acumulativo.

Os valores monetários tratados nesta análise podem expressar tanto restrições de poder de compra como escolhas voluntárias, orientadas por valores morais e ideais de bem viver. O comentário se limita, portanto, a sugerir um estudo dos valores que orientam tanto as escolhas de atividades de geração de renda quanto as escolhas de consumo das famílias.

Enquanto as despesas com o rancho e os bens duráveis tiveram essa evolução, os gastos com serviços, produção e energia cresceram proporcionalmente e em valor monetário. Esses gastos representaram 19% e 35% da despesa mensal em cada período. Na categoria serviços estão incluídas as despesas com passagens e taxas comunitárias diversas, menos a de eletricidade. Em energia estão listados gastos com combustíveis e iluminação em geral (gasolina, diesel, velas, querosene, eletricidade). Os gastos com a produção incluem principalmente

apetrechos de pesca e outros instrumentos de trabalho e peças de reposição. É possível associar o aumento da renda vinda da produção, discutida acima, com o aumento nos gastos com energia e, obviamente, com os da produção.

Uma comparação entre os gastos de Vila Alencar e Jarauá parece apoiar esta associação. Renda e despesa em Jarauá são mais elevadas do que em Vila Alencar, e em Jarauá, a produção de pesca, excepcionalmente maior, é acompanhada por um gasto mais elevado com energia e produção.

Contudo, os valores absolutos de despesa com o rancho não são muito diferentes nas duas comunidades, \$59 em Jarauá e \$53 na Vila Alencar. Ou seja, embora o rendimento mais alto de Jarauá se traduza em maior capacidade geral de compra, a despesa com o rancho não acompanha essa diferença, mas os gastos com a produção e com energia, sim. Em relação ao gasto total, a despesa com o rancho é mais alta na Vila Alencar, onde representa 68% das despesas, do que em Jarauá, onde 48% das despesas são destinadas ao rancho. A Tabela 4 apresenta os dados dessa comparação, que é ilustrada pelo figura 6.

Tabela 4 - Distribuição dos gastos mensais por categoria de consumo em Jarauá e Vila Alencar em 2005/06.

Gastos mensais por categoria	Gasto mensal (US\$)		% do gasto mensal médio	
	Jarauá	Vila Alencar	Jarauá	Vila Alencar
Rancho	\$59	\$53	48%	68%
Bens duráveis	\$13	\$7	11%	9%
Serviços	\$3	\$5	2%	7%
Produção	\$24	\$7	19%	9%
Energia	\$25	\$5	20%	6%
Gasto mensal médio	\$123	\$77	100%	100%

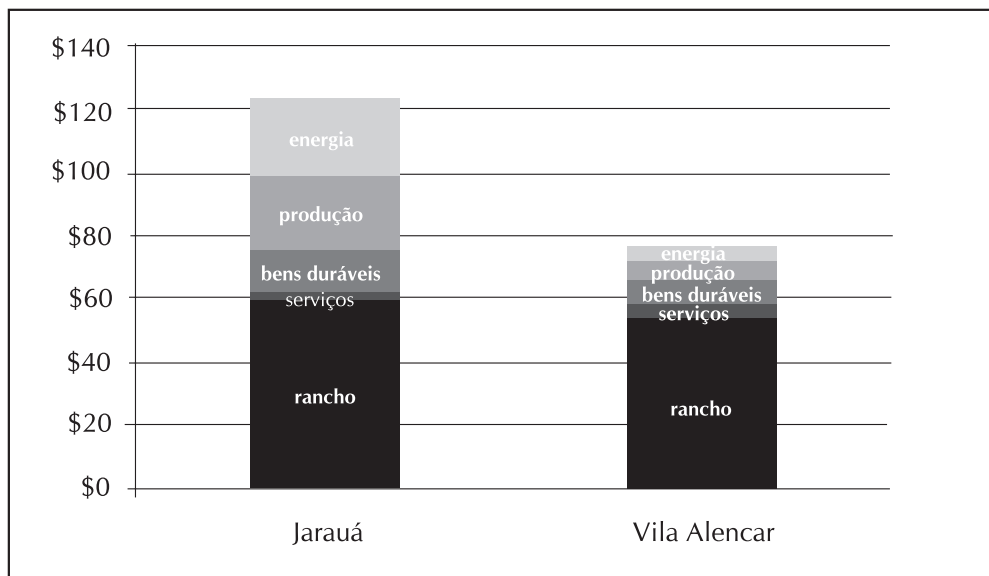


Figura 6 – Comparação entre os gastos médios mensais de Juruá e Vila Alencar por categoria de despesa (2005/2006)

Esse quadro comparativo das duas comunidades – gasto com rancho parecido, e gasto com produção e energia maiores em Jarauá –, parece dizer que uma renda mais alta não resulta necessariamente em um aumento proporcional no consumo de artigos para o usufruto doméstico. O resultado da diferença de renda pode refletir diferenças na acumulação de bens de patrimônio doméstico, o que precisaria ser investigado. Apenas o dado de despesa com a compra de bens não esclarece a questão. Além disso, a metodologia do estudo pode ter suprimido a contabilização de gastos feitos fora da comunidade.

Uma análise do rancho revela um padrão geral de valor gasto e de composição próprios a cada período. Em termos comparativos, o consumo de mercadorias cresceu em diversidade e na periodicidade dos produtos – as compras contêm

mais coisas e produtos específicos são comprados em maior frequência. Os dados disponíveis não permitem avaliar a variação nas quantidades compradas de todos os produtos, mas podemos comparar as frequências de aquisição, ou seja, a presença de cada artigo no total de eventos de compras. A Tabela 5 apresenta essa análise, comparando a variação na presença de cada produto nas compras realizadas em 1995/06 e 2005/06.

A lista mostra os produtos mais comprados em cada período e a variação nas frequências de compra após 10 anos. Nos dois monitoramentos os produtos comprados com mais frequência são os mesmos: açúcar, café, sabão em barra, óleo e leite. Mas mudou a frequência de compra. Em 2005/06 esses produtos passam a ser comprados com mais frequência. Já os dados sobre a variação nas frequências de cada período mostram

Tabela 5 - Variação na frequência de artigos nas compras realizadas em dois períodos

Produto	Presença % em 1994/05 (754 compras)	Presença % em 2005/06 (925 compras)	Variação em pontos percentuais
Leite	40%	87%	47
Óleo de Soja	40%	86%	46
Refrigerante	2%	46%	44
Sabão em barra	53%	90%	37
Sabão em pó	24%	61%	37
Açúcar	61%	95%	34
Café	56%	88%	32
Macarrão	5%	36%	31
Arroz	24%	53%	29
Pasta de dente	19%	43%	24
Margarina	13%	36%	23
Sal	32%	45%	23
Bombril	20%	41%	21
Sabonete	14%	25%	11
Bolacha	24%	32%	8
Farinha	30%	23%	(-7)

uma ascensão significativa de refrigerantes, macarrão e arroz. Essa mudança no padrão alimentar envolve produtos antes considerados não essenciais, ou mesmo de luxo. Refeições com macarrão e arroz eram excepcionais, e o refrigerante era consumido apenas em situações muito especiais. O fato de os moradores estarem comprando arroz e macarrão com mais frequência sugere que estes produtos podem estar se tornando essenciais. Como mencionado antes, a presença da farinha nas compras diminuiu. Novamente, são necessários outros estudos para conhecer o padrão de alimentação das famílias, especialmente o consumo de farinha, para saber o quanto esses produtos importados alteram a tradicional alimentação à base de farinha.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os dados de monitoramento socioeconômico apresentada neste artigo aponta questões para futuras pesquisas e algumas conclusões.

Os dados são definitivos em mostrar que cresce o envolvimento com o mercado. Há maior participação das casas nas trocas. Foi possível identificar algumas características do processo de mercantilização da economia doméstica de Mamirauá. São tendências gerais desse processo (a) o crescimento de rendimentos diretos, vindos de salários e pensões; e (b) em relação à produção para venda, o crescimento da pesca e a redução da agricultura, mantida mais

para o consumo do que para venda. Podemos tomar Jarauá e Vila Alencar como exemplos de predominância de cada uma dessas tendências – em uma, crescimento da produção pesqueira, na outra, crescimento salários. Com relação ao aumento nas despesas, a mercantilização do consumo é caracterizada pela introdução de novos hábitos, tornando as compras mais diversificadas. Também cresceu a frequência de compra de produtos há tempos estabelecidos como essenciais.

Essas mudanças na economia doméstica afetam as relações familiares e, por extensão, as relações entre as casas das comunidades. Tradicionalmente, as relações de parentesco que definem a ordem doméstica e caracterizam as parentelas nas comunidades, respondem a valores de reciprocidade e simetria. As relações são organizadas por uma hierarquia geracional, predominante nos limites das casas, mas não só, e uma ênfase em relações horizontais entre as casas. As novas condições de produção afetam a reprodução dessas relações tradicionais. As relações domésticas precisam lidar com as mudanças na organização do trabalho, especialmente com a menor participação dos filhos no trabalho de roça. A maior ligação com a cidade aproxima principalmente os jovens dos valores urbanos de individualidade e independência econômica.

O monitoramento socioeconômico realizado pelo IDSM desde 1992 atende a um interesse

mais amplo em conhecer os resultados do compromisso assumido em Mamirauá de criar condições para a convivência harmoniosa entre “pessoas e parques”. De um modo ou de outro os próprios moradores que participam dessa experiência têm consciência das expectativas a seu respeito, comunicadas pelos vários olhares que recaem sobre eles, desde os mais curiosos, vindos de turistas, dos governos e da mídia, aos olhares mais intrusivos dos inúmeros projetos de pesquisa e de monitoramento que, como este, os escolhem como tema.

Os moradores e muitos desses observadores puderam perceber a melhoria nas condições de vida na reserva. Não se tornaram populações afluentes, apenas a capacidade de acumular algum patrimônio doméstico aumentou. Os dados da economia não expressam todas as expectativas de melhoramento que os moradores possam ter; indicam apenas que, pelo menos nesse aspecto, as condições de vida estão melhores e estão protegidos da ameaça de degradação dos recursos naturais essenciais à sua sobrevivência.

Para examinar a realidade das conclusões sugeridas neste artigo são necessários trabalhos etnográficos que, focados nessas questões, permitirão conhecer a extensão das mudanças ocorridas nos modos tradicionais de viver e as interpretações dos próprios comunitários a essas transformações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.
- AMARAL, E. **O manejo comunitário de pirarucu (*Arapaima gigas*) como alternativa econômica para os pescadores das reservas Amanã e Mamirauá, Amazonas, Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará., 2009.
- ARANTES, C.; CASTELLO, L.; GARCEZ, D. S. Contagens de pirarucu *Arapaima gigas* feitas por pescadores individualmente em Mamirauá, Brasil. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**, v. 2, n. 3, p. 263-269, 2007.
- CASTELLO, L. et al. Lessons from integrating fishers of *Arapaima* in small-scale fisheries management at the Mamirauá Reserve, Amazon. **Environmental Management**, v. 43, p. 197-209, 2009.
- CASTRO, F. **Fishing Accords: The Political Ecology of Fishing Intensification in the Amazon**. Tese (Doutorado) - Indiana University, Bloomington, 2000.
- LIMA-AYRES, D. A implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: A experiência de Mamirauá. In: M. A. D'INCAO e I. M. SILVEIRA (Org.) **Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 403-409
- LIMA-AYRES, D. Equity, sustainable development and biodiversity preservation: Some questions on the ecological partnership in the Brazilian Amazon. In: PADOCH, C.; AYRES, J. M.; PINEDO-VASQUEZ, M.; HENDERSON, A. (Ed.) **Várzea: diversity, development, and conservation of Amazonia's whitewater floodplain**. New York: The New York Botanical Garden, 1999. p. 247-263.
- LIMA, D. M. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Provárzea; MMA; IBAMA-PPG7, 2005.
- LIMA, D. M. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (Org.). **Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 141-168.
- MCGRATH, D.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C. 1994. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, M. I. (Org.) **Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 389-402.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- MOURA, E. A. F. 2007. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá estado do Amazonas, Brasil**, 2007, 314 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2007.

PERALTA, N. 2005. **Os ecoturistas estão chegando: Aspectos da Mudança Social na RDS Mamirauá.** 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2005.

PERALTA, N. Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM. **UAKARI**, v.4, n.1, p. 29-40, 2008.

PERALTA, N. et al. Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da RDS Mamirauá, 1995-2005. **UAKARI**, v.5, n.1, p. 7-19, 2009.

QUEIROZ, H. **Natural history and conservation of pirarucu, *Arapaima gigas*, at the Amazonian Várzea: red giants in muddy waters.** Tese (Doutorado em Environmental and Evolutionary Biology) - University of St Andrews, Escócia, 2000.

REIS, M. B. **Arengas & Picicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável no estado do Amazonas.** Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005. 178 p.

SOUSA, M. 2004. Monitoramento da venda de artesanato nas comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã. SIMPÓSIO INTERNO DE MONITORAMENTO DO IDSM, 2, 2004, Tefé. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2004.

VIANA, J. P. et al. Manejo Comunitário do Pirarucu (*Arapaima gigas*) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil. In: MMA. **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira.** Brasília: MMA, 2007. p. 239-261.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. Gt 17. **Processos Sociais Agrários.** 1996.